

PERCEPÇÕES DA ACESSIBILIDADE E DO DESENHO UNIVERSAL EM PARQUES URBANOS: ABORDAGENS MULTISSENSÓRIAS E EXPERIÊNCIAS COM A DIVERSIDADE HUMANA

**Priscila Fernandes Libonati - Prefeitura de São Paulo - Arquiteta e Urbanista -
prilibonati@gmail.com**

Eixo temático principal: Eixo 05 – Arte, Cultura, Lazer das pessoas com deficiência no contexto urbano: relatos de experiências nos territórios

Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a acessibilidade e o desenho universal a partir da escuta de pessoas com deficiência e suas relações com parques urbanos. Fundamentado em abordagens multissensoriais da arquitetura e no direito à cidade, o estudo valoriza a experiência dos corpos diversos em sua vivência cotidiana nos espaços públicos. Com base no grupo focal e em entrevistas, foram sendo evidenciadas múltiplas barreiras encontradas nesses ambientes. No entanto, os parques também são descritos como lugares de bem-estar, contemplação e encontro, revelando o potencial transformador quando projetados com base na diversidade humana. A pesquisa propõe soluções projetuais além de reforçar a importância do desenho universal não apenas como técnica normativa, mas como um direito que promove a inclusão social, comprometido com a participação direta das pessoas com deficiência.

Palavras-chave

Acessibilidade. Desenho universal. Parques urbanos. Multissensorialidade. Pessoas com deficiência.

1. Introdução

A experiência da cidade é mediada pelos sentidos e pelos corpos. Para as pessoas com deficiência, o acesso aos espaços públicos, como os parques urbanos, envolve o enfrentamento de múltiplas barreiras que impactam diretamente seu direito à cidade e ao lazer. Este trabalho parte da ideia de que a acessibilidade e o desenho universal devem ser compreendidos não apenas como requisitos técnicos, mas como componentes essenciais da experiência urbana e da cidadania.

De acordo com a Norma ABNT NBR 9050:2020, a acessibilidade é:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

A norma supracitada define o desenho universal como “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico” (ABNT, 2020). Os princípios norteadores do desenho universal são: equiparação das possibilidades de uso, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, captação da informação, tolerância ao erro, mínimo esforço físico, dimensionamento de espaços para acesso, uso e interação de todos os usuários.

Knecht (2004 apud STAUT, 2014, p. 23) distingue o ambiente acessível do ambiente universal: ambiente acessível significa acrescentar características especiais destinadas às pessoas com deficiência; ambiente universal, por sua vez, significa criar espaço não segregador, que possa ser utilizado com autonomia por todos os usuários. Portanto, para a discussão dos conceitos ora envolvidos, é importante ressaltar que acessibilidade e desenho universal não são sinônimos – embora muitas vezes sejam, erroneamente, assim utilizados.

2. Objetivo

O objetivo foi analisar, por meio da participação de pessoas com deficiência, como elas percebem e vivenciam os parques urbanos, destacando os desafios, mas também os sentidos positivos atribuídos a esses espaços, além de evidenciar diretrizes projetuais vinculadas à acessibilidade espacial.

3. Metodologia

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, com a utilização de grupo focal e entrevistas individuais. O primeiro e único grupo focal reuniu pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida. As entrevistas foram realizadas com pessoas com deficiência sensorial e cognitiva respeitando as preferências de cada participante. O material coletado foi transcrito e analisado por meio da identificação de quatro categorias da acessibilidade espacial nos parques (deslocamento, uso, orientação e comunicação).

Desse modo, em obediência à Resolução nº 510/2016, que dispõe sobre “as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes” (CNS, 2016, art. 1º), o projeto de pesquisa foi submetido aos requisitos da Plataforma Brasil por meio de sua submissão e aprovação em 05/10/2021, junto ao Comitê de Ética da Universidade Presbiteriana Mackenzie, contendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAEE) número 50043321.4.0000.0084.

4. Resultados e Discussões

A experiência em arquitetura e urbanismo, como se pode observar, está diretamente relacionada ao homem e, portanto, é indissociável de seu corpo, movimento e escala.

A pesquisa realizada se ancora nas ideias de Pallasmaa, que questiona a primazia da visão e propõe um enfoque multissensorial:

Toda experiência com o ambiente com a arquitetura é multissensorial; as características de espaço, matéria e escala são medidas igualmente

por nossos olhos, ouvidos, nariz, pele, língua, esqueleto e músculos. A arquitetura reforça a experiência existencial, nossa sensação de pertencer ao mundo, e essa é essencialmente uma experiência de reforço da identidade pessoal. Em vez da mera visão, ou dos cinco sentidos clássicos, a arquitetura envolve diversas esferas da experiência sensorial que interagem e fundem entre si (Pallasmaa, 2012, p. 39).

O preâmbulo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, proclamada pela Organização das Nações Unidas em 2006, reconhece que a deficiência é um conceito em evolução e, por conseguinte, resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que “impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2009). Portanto, o ambiente é o responsável pela situação de deficiência da pessoa, sendo que as barreiras existentes é que impedem a plena inclusão social.

De acordo com o manual “Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos”, publicado em 2012, o conceito denominado acessibilidade espacial, consiste em “atingir um lugar desejado” (DISCHINGER et al., 2012), ou seja, permitir que o usuário participe das atividades desenvolvidas no local e o compreenda em relação a sua função, organização e relações espaciais. Insta registrar que a classificação da acessibilidade espacial ocorre em quatro categorias, a saber: deslocamento, uso, orientação e comunicação (DISCHINGER et al., 2012).

As soluções projetuais que acompanham cada uma dessas categorias foram concebidas e desenvolvidas a partir das sínteses elaboradas na dissertação de mestrado de Priscila Fernandes Libonati (LIBONATI, 2022).

4.1 Deslocamento

Eu penso o seguinte, todos os parques sempre vão ter alguma dificuldade para a gente se locomover ou para as pessoas com idade, no modo geral. E essas pessoas que fazem todo esse organograma, esse programa todo de acessibilidade, eles não têm noção, realmente, da nossa dificuldade que a gente enfrenta. Então, deveria fazer o seguinte, eles— Fazer eles sentirem a dificuldade. Eles terem alguma, assim, limitação para eles andarem. Eles sentirem a nossa pele, a nossa dificuldade. Pôr eles em uma cadeira de rodas, pôr eles, assim, em uma redução, uma limitação, para eles verem a dificuldade que a gente tem. Então eu acho que, do modo geral, deveria trocar o papel (Informação verbal fornecida pelo

entrevistado com mobilidade reduzida que utiliza andador no grupo focal em 24 de novembro de 2021, Google Meet).

Foram relatados pelos participantes com deficiência diversos obstáculos, como: calçadas inadequadas, pisos irregulares, ausência de circulação adaptada, alternativas acessíveis no decorrer de trajetos longos, presença de vegetação como barreiras nos caminhos dos parques que dificultam a experiência de lazer.

A seguir, diretrizes projetuais para o deslocamento nos parques urbanos:

- Projetar calçadas acessíveis contendo travessias de pedestres que podem ser por meio de redução do percurso, faixas elevadas e rebaixamento de calçadas. Semáforos para pedestres precisam ser equipados com mecanismos e dispositivos que ofereçam sinais visuais e sonoros sincronizados, incluindo acionamento manual entre 0,80 m e 1,20 m de altura do piso, ajustados para a velocidade de caminhada de pessoas com mobilidade reduzida. Indicar a sinalização tátil e visual no piso nos parâmetros normativos.
- Para longos percursos, instalar bancos e áreas de descanso ao longo do trajeto do parque e oferecer gratuitamente equipamentos manuais e motorizados para deslocamento dentro do parque.
- Prever no mínimo duas formas de deslocamento vertical, permitindo a escolha do frequentador do parque.
- Dimensionar a circulação baseando-se no fluxo de pessoas, mantendo uma faixa livre de barreiras. Para parques, a largura da rota acessível e do vão livre de portas, para circulação de usuários em cadeiras de rodas do tipo “cambadas”, deve ser de no mínimo 1,00 m.
- Selecionar materiais para revestimento e acabamento do piso que garantam superfície regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, em condições secas ou molhadas, para as rotas acessíveis.
- Posicionar mobiliário fora da área de circulação. Garantir que a vegetação não interfira nas rotas acessíveis e áreas de circulação, não devendo ter espinhos ou características que causem ferimentos, raízes que danifiquem o pavimento ou substâncias tóxicas.

4.2 Uso

Essas pias aí eu morro de ódio, porque às vezes eu quero lavar minhas mãozinhas e não encontro, gente. Eu não alcanço nem para apertar o botãozinho da torneira, às vezes o meu bracinho não vai. Aí as pessoas ficam com dó de mim, vai lá, fica pegando a água com a palma da mão, derruba na minha mão, pega o detergente— Fica fazendo aquela coisa, assim, muito— Que, às vezes, não é legal. Eu tento brincar? Tento, para descontraír o momento, mas, no meu íntimo, eu não me sinto bem [...] (Informação verbal fornecida pela entrevistada com nanismo no grupo focal em 24 de novembro de 2021, Google Meet).

Os participantes da pesquisa indicaram que os sanitários, muitas vezes não são utilizáveis por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, como no caso das pessoas com nanismo.

Notou-se também que não há medidas antropométricas específicas para crianças brasileiras, ou seja, os arquitetos e urbanistas não possuem diretrizes projetuais relacionadas aos sanitários de uso comum e sanitário acessível à utilização infantil.

Também narraram a ausência de rotas acessíveis e brinquedos para crianças com deficiência nos playgrounds e indicaram a inadequação de mobiliários adaptados à diversidade humana, como os bebedouros.

Diante do exposto, algumas soluções podem ser adotadas nesta categoria, tais como:

- Assegurar que o alcance manual seja acessível ao maior número de pessoas;
- Projetar variedade de tipos de mobiliários;
- Optar por controles, botões e teclas que funcionem por pressão ou alavanca.
- Prever áreas de estar que proporcionem sensações térmicas de acordo com o gosto do usuário do parque;
- Prever sanitários que contemplem o desenho universal (como por exemplo, sanitários acessíveis espelhados ou que possuem superfície de troca de roupas na posição deitada);
- Prever fraldários acessíveis com acesso aos usuários de ambos os sexos.

4.3 Orientação

O que tornaria um parque seguro do ponto de vista físico para você?

Resposta: Um parque bem sinalizado com informações de fácil acesso para todas e todos.

O que permite ter autonomia em um parque?

Resposta: A sinalização correta e ambientes adaptados para todas e todos se sentirem pertencentes a esse equipamento público.

[...]

Quais principais dificuldades referentes aos obstáculos (nas entradas, na circulação, no sanitário)?

Resposta: A maior dificuldade é a sinalização (Informação escrita fornecida pela entrevistada com baixa visão em 27 de abril de 2022, WhatsApp).

As pessoas cegas, surdocega, com baixa visão ou deficiência intelectual descreveram diversas dificuldades de orientação no espaço pela ausência de sinalização tátil, sonora e visual.

Assim, quanto à orientação aos usuários do parque urbano, tem-se as seguintes possibilidades projetuais:

- Considerar os ângulos de alcance visual para todas as pessoas.
- Destacar os limites de circulação usando cores, texturas e materiais diferenciados.
- Eliminar os desníveis, caso não seja possível, sinalizá-los.
- Adotar múltiplos métodos de sinalização: visual, tátil e sonoro.
- Empregar pictogramas universais e de fácil compreensão.
- Facilitar a orientação utilizando características distintivas do parque, como vegetação com cores ou odores específicos.
- Disponibilizar mapas de orientação acessíveis.
- Melhorar a inteligibilidade acústica com elementos que absorvam som.
- Prever a iluminação adequada.
- Implementar QR Codes em alto relevo e indicativos em Braille;
- Permitir leiaute que possibilitem as diferentes formas de comunicação (leitura labial, Libras, Libras tátil e Tadoma).

Apesar dos desafios, os parques também são descritos como espaços de prazer e refúgio. Os participantes destacaram a importância de sentir o vento, ouvir os pássaros, tocar na vegetação e contemplar a paisagem como elementos de bem-

estar. Isso reforça a relevância de uma abordagem multissensorial, dessa forma, Abbud (2006, p. 15) descreve:

É muito bom encantar-se com as mais diferentes cores e formas, se deliciar com perfume das flores, sentir as sombras e as texturas das plantas, saborear os frutos e ouvir o barulho da água, o farfalhar da vegetação e o canto dos pássaros. Quanto mais um jardim consegue aguçar todos os sentidos, melhor cumpre o seu papel.

4.4 Comunicação

Não gosto de ir aos parques e nunca os frequento, uma vez que não me sinto à vontade em lugares públicos (Informação escrita fornecida pelo entrevistado com autismo em 27 de abril de 2022, E-mail).

Participantes com deficiências cognitivas declararam dificuldade para se localizar no parque, além do desconforto em áreas barulhentas e mal organizadas.

Assim, algumas alternativas projetuais pesquisadas foram garantir espaços de descompressão sensorial (silenciosos e reservados) para proporcionar o bem-estar e a sensação de segurança, especialmente para possibilitar o uso deste equipamento urbano por este público.

5. Considerações Finais

A escuta das pessoas com deficiência confirma que a exclusão nos espaços urbanos de lazer é estrutural. Os parques, apesar de seu valor simbólico e ambiental, continuam repletos de barreiras que inviabilizam sua plena utilização.

Além disso, a pesquisa também cumpre o papel de suprir uma lacuna dessas pessoas como interlocutoras para se compreender mais profundamente os significados da exclusão. Nesse sentido, além das evidências que traz acerca do parque urbano, o trabalho em si contribui com um olhar pautado na diversidade de enfoques por meio da inclusão dos sujeitos diretamente afetados pela política pública.

A necessidade de ter em mente, nos projetos e obras, as diversas singularidades, medidas e capacidades das pessoas trará uma verdadeira inclusão e proporcionará “a todos um ambiente que exponencie as capacidades e não que revele as incapacidades” (Oliveira, 2020, p. 22) e a adoção da acessibilidade e do desenho universal devem ir além da aplicação normativa: é necessário um compromisso ético e político com a equidade e com a presença plena da diversidade humana na cidade. Isso só será possível com a inserção das pessoas com deficiência nos processos decisórios e na formulação das políticas públicas.

Referências:

ABBUD, Benedito. **Criando paisagens**: guia de trabalho em arquitetura paisagística. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Corrigida em 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde – CNS. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 07 ago. 2025.

DISCHINGER, Marta et al. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 2012.

LIBONATI, Priscila Fernandes. 2022. **Acessibilidade e desenho universal em parques**: princípios, parâmetros, aplicações. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, Manuela de Brito. **Espaço diverso**: Arquitetura para Pessoas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade do Minho, Guimarães, 2020.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele:** a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2012.

STAUT, Lucy Ana Vilela. **Usabilidade universal na arquitetura:** método de avaliação baseado em heurísticas. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.